

UM DESAFIO SALUTAR

COMO A MULTIPLICIDADE DE LÍNGUAS PODERIA
CONSOLIDAR A EUROPA

Propostas do
Grupo de Intelectuais para o Diálogo Intercultural
Constituído por iniciativa da Comissão Europeia

Bruxelas 2008

O Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e o Comissário para o Multilinguismo, Leonard Orban, desejaram formar um grupo constituído por personalidades activas no domínio da cultura que teria por tarefa aconselhá-los sobre a contribuição do multilinguismo para o diálogo intercultural e para a compreensão mútua dos cidadãos na União Europeia.

Presidido por Amin Maalouf, escritor, o Grupo reuniu:

Jutta Limbach, presidente do Instituto Goethe,

Sandra Pralong, perita em comunicação,

Simonetta Agnello Hornby, escritora,

David Green, presidente da EUNIC (Rede Europeia de Institutos Culturais Nacionais), antigo director-geral do British Council,

Eduardo Lourenço, filósofo,

Jacques de Decker, escritor, secretário permanente da Academia Real de Língua e Literatura Francesas da Bélgica,

Jan Sokol, filósofo, antigo ministro da Educação da República Checa,

Jens Christian Grøndahl, escritor,

Tahar Ben Jelloun, escritor.

Foram organizadas três séries de reuniões, em Bruxelas, em Junho, Outubro e Dezembro de 2007. Redigido por Amin Maalouf, o relatório que se segue alicerça-se nas ideias de todos os membros do Grupo e reflecte o teor dos seus debates.

A diversidade linguística constitui um desafio para a Europa. Mas, em nosso entender, esse desafio é salutar.

Para gerir eficazmente a diversidade linguística, a União Europeia vê-se obrigada a abordar questões que se tornaram prioritárias no mundo actual e que não podemos continuar a evitar sem comprometer o futuro: como fazer com que tantos povos diferentes vivam juntos em harmonia? Como inculcar-lhes o sentido de um destino comum e de uma pertença comum? Será necessário procurar definir uma identidade europeia? Poderá esta identidade europeia conciliar todas as nossas diferenças e integrar componentes de origem não europeia? Será o respeito pelas diferenças culturais compatível com o respeito pelos valores fundamentais?

Quisemos abordar estas questões extremamente delicadas com franqueza e serenidade. Convidados a reflectir sobre o multilinguismo, e sobre a forma como esse multilinguismo poderia afectar a integração europeia e o diálogo entre culturas, escolhemos deixar de lado os nossos pressupostos mais optimistas, tal como os mais alarmistas, para partirmos da mais neutra das constatações: para todas as sociedades humanas, a diversidade linguística, cultural, étnica ou religiosa apresenta, ao mesmo tempo, vantagens e inconvenientes e tanto constitui uma fonte de riquezas como uma fonte de tensões; a atitude sábia consiste em reconhecer a complexidade do fenómeno,

num esforço de maximização dos efeitos positivos e de minimização dos efeitos negativos. Foi neste espírito que conduzimos a nossa reflexão, entre Junho e Dezembro de 2007.

Convictos de que tais questões serão ainda debatidas por numerosas gerações futuras, quisemos dar algumas respostas e propor aos dirigentes europeus, bem como aos nossos concidadãos, uma orientação possível; fomos estimulados, ao longo de todas as nossas reuniões, pela firme convicção de que o projecto em que a Europa se lançou desde o fim da Segunda Guerra Mundial é um dos mais prometedores que o mundo alguma vez conheceu; e, em especial, de que uma gestão eficaz da nossa diversidade linguística, cultural e religiosa forneceria um modelo de referência indispensável a um planeta tragicamente afectado pela gestão caótica da sua própria diversidade.

Os princípios

É evidente que a multiplicidade de línguas impõe constrangimentos, pesa sobre o funcionamento das instituições europeias e representa custos em termos de tempo e dinheiro. Estes custos tornar-se-iam proibitivos se se atribuísse a dezenas de línguas toda a importância que os seus falantes poderiam legitimamente desejar.

Perante tal abundância de línguas, é grande a tentação de se deixar instalar uma situação de facto na qual uma só língua, o inglês, ocuparia um lugar preponderante nos trabalhos das instituições europeias, e na qual outras duas ou três línguas conseguiriam manter ainda, durante algum tempo, uma presença em declínio, enquanto a grande maioria das nossas línguas não teria mais do que um estatuto simbólico e quase nunca seria utilizada nas reuniões comuns.

Tal evolução não nos parece desejável porque seria prejudicial aos interesses económicos e estratégicos do continente e de todos os seus cidadãos, independentemente da sua língua materna e porque, além disso, seria contrária ao espírito do projecto europeu, por várias razões:

I – O respeito pela nossa diversidade linguística não se limita à consideração de uma realidade cultural produzida pela História. Ele é o próprio fundamento do ideal europeu, tal como este emergiu dos escombros dos conflitos que marcaram o século XIX e a primeira metade do século XX.

Se a maior parte das nações europeias se construiu com base nas suas línguas identitárias, a União Europeia só pode construir-se com base na sua diversidade linguística o que, em nosso entender, é particularmente reconfortante. Que um sentimento de pertença comum se funde na diversidade linguística e cultural é um potente antídoto contra os fanatismos para os quais frequentemente

derraparam as afirmações identitárias na Europa e noutros lugares, no passado e no presente.

Nascida da vontade dos seus diversos povos, que escolheram livremente unir-se, a União Europeia não tem nem vocação nem capacidade para apagar a sua diversidade. Pelo contrário, ela tem por missão histórica preservar, harmonizar, desapaixonar e desenvolver esta diversidade. Pensamos que ela tem meios para isso.

Acreditamos mesmo que ela pode oferecer a toda a humanidade o modelo de uma identidade fundada na diversidade.

II – Hoje, a Europa interroga-se sobre a sua identidade e sobre a possibilidade de definir o seu conteúdo sem praticar a exclusão e mantendo-se aberta ao mundo. Pensamos que é através de uma abordagem reflectida à sua própria diversidade linguística que ela pode abordar esta questão delicada da maneira mais construtiva, mais serena e mais sã.

A identidade da Europa não é uma página em branco nem uma página já escrita e impressa. É uma página que está a ser escrita. Existe um património comum (artístico, intelectual, material e moral) de uma riqueza extraordinária, como há poucos na História da Humanidade, construído por imensas gerações sucessivas e que merece ser preservado, reconhecido, partilhado. Cada europeu, onde quer que viva e de onde quer que venha, deve poder apropriar-se deste

património e reconhecê-lo como seu, sem qualquer arrogância e com orgulho legítimo.

Contudo, o nosso património não é um catálogo fechado. Cada geração tem o dever de o enriquecer, em todos os domínios sem excepção, segundo a sensibilidade de cada um e em função das diversas influências que, na nossa época, nos chegam de todos os cantos do planeta.

Os que fazem a sua entrada na Europa – e poderia englobar-se nesta formulação pessoas tão diversas quanto os imigrantes, os nacionais dos novos países membros e os jovens europeus, de todos os países, que começam a descobrir a vida – devem ser constantemente incentivados nesta dupla via, a saber: o desejo de se familiarizar com o património comum e o desejo de dar a sua própria contribuição para esse património.

III – Se, para a Europa, o incentivo à diversidade das expressões culturais é indispensável, é-o igualmente a afirmação da universalidade dos valores essenciais. Estes são dois aspectos de um mesmo credo sem o qual o ideal europeu perderia o sentido.

A razão de ser do projecto europeu, tal como foi iniciado logo após a Segunda Guerra Mundial, é a adesão a determinados valores. Estes foram frequentemente formulados por pensadores europeus, mas também surgiram, em grande medida, como uma reacção salutar a episódios sangrentos e degradantes da própria História europeia.

A União Europeia fez-se contra as guerras devastadoras, contra os projectos totalitários, contra o racismo e o anti-semitismo. Os primeiros passos da construção europeia coincidiram igualmente com o fim da era colonial e abriram caminho para uma mudança na natureza das relações entre a Europa e o resto do mundo.

Nunca é fácil formular de maneira precisa nem sobretudo de maneira exaustiva os valores aos quais todas as pessoas devem aderir para ocuparem plenamente o seu lugar sob o tecto da Europa. Mas esta imprecisão, nascida de uma precaução intelectual legítima, não significa que nos devamos resignar ao relativismo no capítulo dos valores fundamentais. Defender a dignidade do ser humano (homem, mulher ou criança), preservar a sua integridade física e moral, impedir a degradação do seu ambiente natural, recusar toda a humilhação e toda a discriminação abusiva relacionada com a cor, a religião, a língua, a origem étnica, o sexo, a idade, a deficiência, etc. – são estes valores que não permitem concessões em nome de uma especificidade cultural qualquer.

Em suma, o ideal europeu parece-nos construído com base em duas exigências inseparáveis: a universalidade dos valores morais comuns e a diversidade das expressões culturais; em particular, a diversidade linguística representa, por razões históricas, uma componente essencial e também, como tentaremos demonstrar, uma magnífica ferramenta de integração e de harmonização.

A orientação proposta

Face a estes princípios, procurámos uma solução que fosse, ao mesmo tempo, ambiciosa e realista.

Ambiciosa, porque o objectivo a atingir não é «adiar o inevitável» mas sim, pelo contrário, consolidar a diversidade linguística na vida dos europeus – cidadãos, povos e instituições; ambiciosa, porque a solução deveria poder surtir efeito independentemente do número de línguas tidas em conta; e também porque não se trata apenas de chegar a um entendimento que não prejudique a integração europeia, mas de traçar um caminho que permita progressos significativos na integração europeia.

Contudo, a nossa abordagem quer-se realista. Ao longo de todas as nossas conversas, tivemos sempre em conta que a nossa reflexão não faria nenhum sentido se não conduzisse a propostas aplicáveis no terreno. Naturalmente, não há soluções simples para problemas tão complexos, mas é importante fixar um rumo.

A orientação que preconizamos concretiza-se em duas ideias que são, na verdade, as duas faces de uma mesma proposta:

A – As relações *bilaterais* entre os povos da União Europeia deveriam recorrer às línguas dos dois povos em questão e não a uma terceira língua.

Isso implica que cada uma das línguas europeias tenha, em cada país da União, um grupo significativo de falantes competentes e fortemente motivados.

Naturalmente, o seu número seria muito variável consoante as línguas, mas deveria ser o suficiente para que os falantes pudessem ocupar-se de todos os aspectos – económicos, políticos, culturais, etc. – das relações «binárias» entre os dois países em causa.

B – Para que estes contingentes de falantes pudessem ser formados, a União Europeia deveria preconizar a noção de *língua pessoal adoptiva*.

Esta noção significa que todos os europeus seriam incentivados a escolher livremente uma língua distintiva, diferente da sua língua identitária, e diferente também da sua língua de comunicação internacional.

Tal como a concebemos, *a língua pessoal adoptiva* não seria de forma alguma uma segunda língua estrangeira, mas antes, em certa medida, uma segunda língua materna.

Aprendida intensamente, correntemente falada e escrita, ela seria integrada no percurso escolar e universitário de todos os cidadãos europeus, bem como no currículo profissional de cada um.

A sua aprendizagem seria acompanhada por uma familiarização com os países onde a língua é falada, com a literatura, a cultura, a sociedade e a história ligadas a essa língua e aos seus falantes.

Graças a esta abordagem, propor-nos-íamos ultrapassar a rivalidade actual entre o inglês e as outras línguas, rivalidade que se traduz num enfraquecimento destas últimas, e que se faz também em detrimento da língua inglesa e dos seus falantes.

Distinguindo claramente, na hora da escolha, entre uma *língua de comunicação internacional* e uma *língua pessoal adoptiva*, incitar-se-ia os europeus a tomar, em matéria de aprendizagem das línguas, duas decisões distintas: uma ditada pelas necessidades da comunicação alargada, a outra guiada por um conjunto de motivações pessoais ligadas ao percurso individual ou familiar, às relações afectivas, ao interesse profissional, às preferências culturais, à curiosidade intelectual, etc.

Para cada uma destas decisões, a escolha seria a mais aberta possível.

No que se refere à língua de comunicação internacional, não ignoramos que a maior parte das pessoas optaria hoje pelo inglês. Mas algumas poderiam escolher o francês, o espanhol, o português, o mandarim ou ainda outras línguas.

Para a *língua pessoal adoptiva*, a escolha seria virtualmente ilimitada. É evidente que uma grande parte dos europeus optaria por

uma das grandes línguas emblemáticas que desempenharam um papel preponderante na história do continente; assim, estas línguas poderiam travar o seu declínio e iniciar uma nova fase de desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, as línguas que têm menos falantes, mesmo as que são muito minoritárias, assistiriam a uma propagação sem precedentes. Com efeito, a lógica da política da *língua pessoal adoptiva* exigiria que a escolha de uma língua fosse feita nos mesmos moldes que a escolha de uma profissão. Dominar uma língua relativamente rara daria uma vantagem suplementar à pessoa, comparável à de uma especialização rara num sector de vanguarda. Com o tempo, as pessoas repartir-se-iam por todas as línguas, de maneira evidentemente muito desigual, mas sempre significativa.

E, sobretudo, duradoura. Uma das consequências essenciais da abordagem que propomos é que cada língua europeia ocuparia um lugar privilegiado nos intercâmbios *bilaterais* com todos os parceiros europeus, nenhuma estaria condenada a desaparecer e nenhuma seria reduzida a dialecto local. Consequentemente, os falantes originais dessa língua, mesmo que pouco numerosos, não deveriam nunca mais sentir-se desvalorizados, excluídos ou isolados.

Negligenciar uma língua é correr o risco de causar o descontentamento dos seus falantes com o ideal europeu. Ninguém pode aderir de todo o coração ao projecto europeu se não sentir que a sua cultura específica, em especial a sua língua, é plenamente respeitada e que a integração do seu país na União Europeia contribui para expandir a sua língua e a sua cultura e não para as marginalizar.

Muitas das crises que testemunhámos, na Europa e noutros lugares, encontram a sua origem no facto de uma comunidade ter sentido, a certa altura, que a sua língua estava a ser vilipendiada; seria necessário mantermo-nos vigilantes para evitar que tais sentimentos se desenvolvessem nas próximas décadas, pondo em perigo a coesão europeia.

Cada língua é o produto de uma experiência histórica única, cada uma é portadora de uma memória, de um património literário, de uma habilidade específica e constitui o fundamento legítimo de uma identidade cultural. As línguas não são permutáveis, nenhuma é dispensável, nenhuma é supérflua. A preservação de todas as línguas do nosso património, incluindo as línguas ancestrais europeias, tais como o latim ou o grego antigo, e o favorecimento do desenvolvimento das nossas línguas mais minoritárias no resto do continente são indissociáveis do ideal de uma Europa de paz, de cultura, de universalidade e de prosperidade.

Os efeitos previstos

Fiel aos ideais que constituem a razão de ser da Europa moderna, a abordagem que propomos deveria também surtir efeitos tangíveis sobre a qualidade de vida dos cidadãos, sobre a qualidade das relações entre as nações europeias, sobre as relações do continente

com o resto do mundo, sobre a coexistência harmoniosa das culturas no seio das nossas sociedades, sobre o bom funcionamento das instituições comunitárias e, de um modo mais geral, sobre a prossecução e a consolidação da construção europeia.

1 – Para todos os cidadãos europeus, jovens ou idosos, a aprendizagem intensiva e exaustiva de uma língua e de toda a cultura que ela veicula constituiria um factor de realização essencial.

Numa civilização na qual a comunicação é tão importante e o tempo livre se prolonga, acrescentar à sua existência esta exploração de outro universo linguístico e cultural só pode trazer grandes satisfações profissionais, intelectuais e afectivas.

Além disso, o domínio de uma *língua pessoal adoptiva* e a familiarização com o universo dos seus falantes deveria favorecer uma visão do mundo mais aberta aos outros e reforçar o sentimento de pertença à Europa, não à custa da pertença ao seu país natal ou à sua cultura de origem, mas paralelamente a esta pertença, já que, nas suas relações com os falantes da sua *língua pessoal adoptiva*, um cidadão europeu seria naturalmente levado a dar-lhes a conhecer o seu próprio país e a sua própria cultura.

Futuramente, do ponto de vista profissional, tudo leva a crer que a língua inglesa será cada vez mais necessária, mas cada vez menos suficiente. Se em certos domínios de actividade é já quase imperativo conhecê-la, incluir no *curriculum vitae* uma língua

mencionada por todos os candidatos não constitui um trunfo suplementar para encontrar um emprego ou para exercer uma actividade. É isto que, em grande medida, já se verifica no presente e esta tendência só tenderá a reforçar-se no futuro. Será necessário que os candidatos possam distinguir-se entre si de outra forma para marcarem a diferença e para terem o seu espaço específico, dispondo assim de melhores trunfos profissionais; nesta óptica, cada um necessitará imperativamente de outra língua, a sua língua pessoal, a sua língua distintiva, menos comum que o inglês, e diferente também daquela que já partilha com os seus compatriotas.

Para os europeus cuja língua materna ocupa um lugar preponderante no mundo, e pensamos em primeiro lugar nos britânicos, o facto de adquirirem uma *língua pessoal adoptiva* é provavelmente ainda mais crucial do que para os outros, tendo em conta que a tentação de se fecharem no monolinguismo é muito mais forte. Sem um esforço especial para promover, a partir da mais tenra idade, a aprendizagem intensiva de uma língua adicional, a vantagem da qual beneficiam hoje em dia os falantes de inglês desapareceria rapidamente e a globalização da sua língua materna reflectir-se-ia negativamente sobre a sua competitividade, tanto individual como colectiva. Esta evolução paradoxal foi notavelmente realçada por um estudo recente efectuado a pedido do British Council¹.

Talvez seja necessário sublinhar aqui que seria evidentemente desejável que certos europeus escolhessem o inglês como *língua*

pessoal adoptiva, seguindo o exemplo de Joseph Conrad cuja língua materna era o polaco e cuja língua de comunicação internacional era o francês, e que se tornou num dos grandes escritores da língua inglesa. Parece-nos importante que esta preserve e afirme o lugar eminente que merece enquanto língua de cultura e que não fique confinada ao papel de instrumento de comunicação global, papel lisonjeiro mas redutor e potencialmente empobrecedor.

2 – Na medida em que põe a tónica no carácter *bilateral* das relações linguísticas entre os diferentes países, a abordagem que propomos deveria reflectir-se positivamente na qualidade das relações entre os europeus, os indivíduos e os povos.

Parece-nos, com efeito, que esta qualidade beneficiaria consideravelmente se cada um pudesse exprimir-se numa língua que dominasse na perfeição, a sua ou a do parceiro, e não por intermédio de uma terceira língua usada de maneira aproximativa, como acontece frequentemente hoje em dia; estudos recentes tendem mesmo a mostrar que é muito mais frequente que as negociações comerciais terminem com êxito quando cada um dos parceiros se sente livre para se exprimir na sua própria língua.

Em nosso entender, a qualidade das relações depende, simultaneamente, da eficácia dos intercâmbios, da subtilidade dos

¹ English Next, de David Graddol, 2006.

contactos humanos e ainda da intensidade e da solidez das relações entre povos no seio da vasta família europeia.

A Europa construiu-se no rescaldo de vários séculos de conflitos entre as suas nações, nomeadamente entre vizinhos. Consequentemente, aprender a língua de um parceiro que é um antigo inimigo é um acto importante, tanto pelo seu significado simbólico como pelos seus efeitos práticos.

Para que a coesão se reforce entre os países da União, não basta que eles pertençam todos a um mesmo conjunto. É igualmente necessário que as relações bilaterais entre cada país e cada um dos seus parceiros sejam cimentadas por fortes afinidades baseadas no lugar privilegiado que a língua do outro ocuparia para os cidadãos de cada país.

Apesar dos esforços empreendidos por certos grandes países fundadores, como a França e a Alemanha, constata-se uma quebra no conhecimento da língua do vizinho em proveito de uma língua de comunicação internacional, julgada mais útil. Inverter esta tendência, que parece inexorável, exige uma ruptura radical com a lógica tradicional de aprendizagem das línguas, dissociando claramente as duas escolhas a efectuar: uma faz-se em função da influência global de uma língua; a outra, a da *língua pessoal adoptiva*, faz-se em função de critérios bem distintos, muito variados, muito subjectivos; ao evitar-se que as pessoas tivessem que escolher entre as considerações utilitárias e as afinidades culturais, dar-se-ia uma forte razão de ser à

aprendizagem de cada língua europeia, que tanto poderia ser a de um país afastado como a do vizinho.

3 – As vantagens da abordagem que propomos seriam igualmente significativas para as relações entre a Europa e o resto do mundo.

Se é provável que a maior parte dos nossos concidadãos escolheriam como *língua pessoal adoptiva* a de outro país da União, é igualmente provável que muitos optariam por línguas de outros continentes. Hoje em dia, pensamos antes de mais nas línguas dos grandes países da Ásia, que se tornaram parceiros económicos essenciais.

A argumentação desenvolvida a propósito da Europa poderia aplicar-se parcialmente ao considerar-se o planeta como um todo. Que as relações com os diversos países sejam geridas principalmente por europeus que estudaram a fundo a língua do país em causa, a sua cultura, a sua sociedade, a sua história, as suas leis e as suas instituições é uma evolução desejável, que só pode trazer vantagens à União, a todos os níveis. Um economista observou inteligentemente que um homem que apenas falasse uma língua internacional podia sempre comprar, em toda a parte do mundo, tudo o que quisesse; mas se esse homem desejasse vender e não comprar, teria interesse em conhecer a língua do potencial comprador. Talvez isto não seja imperativo, mas é certo que quem tivesse aprendido as línguas dos

parceiros comerciais teria uma vantagem decisiva sobre quem não as tivesse estudado.

É no interesse da Europa ter contingentes significativos de falantes para todas as línguas do mundo. A estratégia que propomos deveria favorecer tal evolução. Mais uma vez, em nosso entender, a escolha da *língua pessoal adoptiva* seria a mais vasta e livre possível. Nenhuma língua deveria ser negligenciada uma vez que cada uma abre horizontes profissionais, culturais ou outros aos cidadãos e aos países, bem como ao continente como um todo.

4 – O nosso grupo interrogou-se longamente sobre a maneira de evitar que a diversidade cultural se reflecta negativamente na coexistência harmoniosa no seio das sociedades europeias.

O fenómeno da imigração adquire uma importância crescente na vida política, económica, social e intelectual do continente. Poderíamos dizer a este respeito o que dissemos a propósito da diversidade europeia em geral, ou seja, que se trata ao mesmo tempo de uma fonte de enriquecimento e de uma fonte de tensão, e que uma política judiciosa seria aquela que, reconhecendo toda a complexidade deste fenómeno, maximizaria as suas vantagens e minimizaria os seus inconvenientes. Parece-nos que a abordagem que propomos para gerir a diversidade linguística poderia contribuir significativamente para este duplo objectivo.

Para os imigrantes, a *língua pessoal adoptiva* deveria ser, regra geral, a do país onde escolheram estabelecer-se. Um conhecimento exaustivo da língua nacional e da cultura que ela veicula é um elemento indispensável para a integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento e para a participação na vida económica, social, intelectual, artística e política. É igualmente um factor de adesão dos imigrantes à Europa como um todo, ao seu projecto comunitário, ao seu património cultural e aos seus valores fundamentais.

Paralelamente, e, poder-se-ia dizer, reciprocamente, é essencial que os países da Europa compreendam a importância que a preservação do conhecimento da sua língua de origem tem para o imigrante. Um jovem que perde a língua dos seus antepassados perde igualmente a capacidade de comunicar serenamente com os seus próprios pais, o que está na base de um desregramento social gerador de violência.

A afirmação identitária exacerbada provém frequentemente de um sentimento de culpabilidade quanto à cultura de origem, culpabilidade que se exprime, por vezes, por um crescendo de carácter religioso. Reformulando, uma pessoa imigrada ou com um percurso migratório que soubesse falar a sua língua materna, que pudesse transmiti-la aos filhos e que sentisse que a sua língua e a sua cultura de origem eram respeitadas no seio da sua sociedade de acolhimento teria menos necessidade de compensar a sua sede identitária de outra forma.

Possibilitar aos migrantes, europeus e não europeus, o fácil acesso à sua língua de origem e a conservação daquilo a que poderia chamar-se a sua dignidade linguística e cultural parece-nos ser um potente antídoto contra o fanatismo. A pertença religiosa e a pertença linguística contam-se entre os mais fortes constituintes de uma identidade. Mas funcionam diferentemente e, por vezes, encontram-se em concorrência. A pertença religiosa é exclusiva, a pertença linguística não o é. Dissociar estes dois importantes factores identitários, desenvolver a pertença linguística e cultural, não à custa da religião, mas à custa da utilização identitária da religião, parece-nos ser uma acção salutar que poderia contribuir para reduzir as tensões no seio das sociedades europeias e no resto do mundo.

Da mesma maneira que os imigrantes seriam incentivados a adoptar plenamente a língua do país de acolhimento e a cultura que ela veicula, seria justo e útil que as línguas identitárias dos imigrantes fizessem parte, também elas, das línguas que os próprios europeus seriam incentivados a adoptar. Seria necessário abandonar progressivamente esta relação de sentido único na qual as pessoas vindas de outros lugares aprendem cada vez melhor as línguas europeias, enquanto poucos europeus se dão ao trabalho de aprender as línguas dos imigrantes. Estes necessitam de sentir que as suas línguas, as suas literaturas e as suas culturas são conhecidas e apreciadas pelas sociedades nas quais vivem, e parece-nos que a abordagem baseada na *língua pessoal adoptiva* poderia contribuir para dissipar este mal-estar.

5 – O nosso grupo de reflexão não se preocupou expressamente com os efeitos da multiplicidade das línguas no funcionamento das instituições comunitárias. Parece-nos, contudo, que colocando a tónica nas *relações bilaterais de língua a língua*, a abordagem que propomos racionalizaria a gestão da diversidade linguística no seio da União, incluindo na prática quotidiana das instituições.

Assim, em vez de termos de apreender uma imensa meada virtualmente impossível de desenredar, constituída por dezenas de línguas que estabelecem entre elas centenas de possíveis conexões e suscitando necessariamente inúmeras recriminações, lidaríamos com pares de línguas, associadas uma à outra no terreno, e cujas relações seriam sobretudo geridas pelos seus falantes comuns, ou seja, pelas pessoas mais profundamente ligadas a estas duas línguas e mais bem qualificadas para estreitar as relações entre os dois povos em causa.

Com efeito, seria desejável que houvesse, para cada par de países, um organismo bilateral e bilingue – um instituto, uma fundação, uma associação ou simplesmente um comité – criado por iniciativa dos dirigentes políticos ou de um grupo de cidadãos com uma afeição particular aos dois países, às suas línguas e às suas culturas. Este organismo tomaria iniciativas para desenvolver o conhecimento mútuo e procuraria suscitar, em torno dos seus projectos, o interesse das autoridades nacionais, regionais ou urbanas,

das instituições escolares e universitárias, das empresas, das associações de professores, dos tradutores, escritores ou editores, de personalidades, dos cidadãos activos, etc.

Entre as numerosas missões que estes organismos bilaterais poderiam cumprir, uma das mais importantes seria assegurar que a língua de cada país fosse ensinada a diversas pessoas do país parceiro, que os currículos escolares e universitários incluíssem estadas prolongadas no outro país e que as instituições e as empresas públicas ou privadas apoiassem os que escolhessem estas línguas, propondo-lhes estágios e, seguidamente, empregos. Poder-se-ia igualmente imaginar inúmeras operações de geminação entre cidades, entre bairros, entre aldeias e também entre instituições pedagógicas, entre associações desportivas, entre editores, etc.

Cada um destes organismos bilaterais consagraria os seus esforços ao estreitamento das relações entre os falantes das duas línguas que desejasse acoplar; mas é evidente que deveria haver, em cada país da União, estruturas similares que trabalhassem com igual paixão, criando laços com todos os outros países; o resultado previsto seria um «tecido» denso que cobriria a Europa inteira e que reforçaria a pertença comum, apaziguando ao mesmo tempo a identidade de cada um.

Nesta perspectiva, o papel das instituições comunitárias seria o de ajudar a conceber o quadro geral para a construção destas relações linguísticas bilaterais, onde elas não existissem, e, eventualmente, o de as harmonizar; e ainda, centralizar as informações

relativas a cada um destes «pares de línguas», em especial para que todos retirem vantagens das experiências dos outros, generalizando os métodos frutuosos e evitando aqueles que se revelam decepcionantes. Em certos casos, nomeadamente no das relações entre duas línguas muito minoritárias, as instituições comunitárias poderiam contribuir financeiramente para os programas de ensino, de formação de professores, de intercâmbios escolares ou universitários, de tradução, etc. Contudo, pensamos que, regra geral, esta contribuição deveria reduzir-se progressivamente, à medida que o sistema tivesse feito a rodagem, alcançado a sua velocidade de cruzeiro e encontrado os seus próprios recursos.

As implicações

No âmbito deste relatório, não procurámos enumerar as medidas a tomar para traduzir em resultados práticos a orientação que preconizamos. Pareceu-nos que na presente fase era necessário, antes de mais, fixar um rumo e tentar convencer os nossos concidadãos e os nossos dirigentes da sua pertinência.

Contudo, considerámos necessário consagrar uma parte importante dos nossos trabalhos às implicações práticas das nossas recomendações, a fim de verificar que estas, querendo-se ambiciosas e inovadoras, se mantinham perfeitamente racionais e realistas, que

seria possível executá-las sem grandes dificuldades, sem grandes atrasos e sem custos excessivos e que constituiriam claramente uma vantagem para todos os países, todas as culturas e todos os cidadãos, independentemente das suas línguas e das suas esperanças relativamente ao futuro da Europa. O que nos leva a fazer as seguintes observações:

A – É certo que ao desejar que todos sejam incentivados a escolher livremente a sua *língua pessoal adoptiva*, estamos a afirmar um princípio que não poderá ser aplicado instantaneamente em cada cidade, em cada aldeia e para todas as línguas. Como acontece com todos os princípios desta ordem, a sua função é indicar um caminho, fixar um objectivo rumo ao qual deveríamos avançar o melhor que pudéssemos. Aqui, a ideia importante é que as duas ou três línguas estrangeiras que uma pessoa teria a possibilidade de aprender não deveriam ser determinadas exclusivamente «no topo». Esta decisão deveria ser tomada «na base», ou seja, ao nível das escolas e, também, cada vez mais, ao nível dos próprios cidadãos.

B – Uma das vantagens da abordagem que preconizamos é que ela não necessita, para ser posta em prática, de esperar que todas as instâncias de decisão nacionais ou comunitárias se pronunciem. Cada pessoa pode decidir escolher a sua *língua pessoal adoptiva*; cada país, cada cidade, cada município, cada empresa e cada instituição pedagógica pode tomar iniciativas neste sentido.

A título de exemplo, uma instituição escolar poderia decidir introduzir no seu programa uma língua «inesperada», distintiva, que não fizesse parte das línguas normalmente leccionadas. Isto poderia fazer-se no âmbito de um intercâmbio com uma escola do país da língua escolhida. A operação não necessita de ser ampla nem espectacular. Consideremos o caso de uma cidade sueca geminada com uma cidade portuguesa ou de uma cidade italiana geminada com uma cidade polaca; as autoridades municipais poderiam favorecer a criação de dois ramos de ensino paralelos, cada um adoptando a língua do outro. As turmas assim geminadas poderiam efectuar estadas prolongadas, ano após ano, no país correspondente, participar em actividades comuns, tecer relações. Tais experiências poderiam envolver apenas algumas dezenas de alunos de cada vez. Contudo, se se generalizassem, se houvesse centenas e milhares de iniciativas desta ordem – entre países, regiões, cidades, bairros, instituições, empresas, associações, etc. – desenvolver-se-ia uma forte dinâmica.

C – Dito isto, continuamos convictos de que a nossa abordagem à questão linguística não poderia ter todo o impacto desejado sem um firme compromisso por parte dos responsáveis europeus.

Uma vez que se trata de fixar um rumo, de determinar uma estratégia de conjunto na qual se inscreveriam as diversas iniciativas, é importante que essas decisões sejam tomadas ao mais alto nível e, idealmente, em 2008, Ano Europeu do Diálogo Intercultural.

A União Europeia já está empenhada na construção de uma sociedade do saber, diversa e harmoniosa, competitiva e aberta ao mundo, e na promoção do conhecimento das línguas; em particular, ela formulou o desejo de que duas línguas estrangeiras sejam ensinadas em cada país a partir da mais tenra idade. Inscrevendo-se no quadro desta visão, o nosso grupo de reflexão quis propor uma via de aplicação que tivesse em conta a complexidade do fenómeno linguístico neste início do século XXI, na esperança de facilitar a realização destes objectivos, de aumentar as suas repercussões positivas para cada cidadão e para cada colectividade e de consolidar a diversidade linguística enquanto base emblemática e prática da construção europeia.

D – O ensino de numerosas línguas estrangeiras em países que não têm esse hábito pode certamente colocar problemas logísticos, financeiros e humanos, nomeadamente quanto à formação dos professores em número suficiente, à adaptação das escolas às novas exigências e à gestão do tempo. Mas tais obstáculos são muito mais facilmente superáveis com os meios tecnológicos modernos.

Assim, é realista imaginar cursos leccionados em linha, por um mesmo professor, a alunos situados em numerosas localidades, dispondo da possibilidade de interrogar o docente em directo, nos seus ecrãs. Hoje em dia, em termos técnicos, isto é perfeitamente realizável e poderia até multiplicar os contactos entre os falantes de uma mesma

língua pessoal adoptiva com muito mais sucesso do que um curso de línguas tradicional.

Isto supõe, sem dúvida, uma unificação dos horários, para que os mesmos turnos sejam consagrados à aprendizagem simultânea das línguas em vários países; então, cada aluno europeu dedicar-se-ia ao seu próprio curso de grego, de neerlandês, de romeno ou de estónio. Estamos convictos de que estes horários comuns suscitariam, eles mesmos, uma dinâmica própria, extremamente benéfica, no plano do saber, da realização individual e da cidadania, sobretudo se se pudessem estender gradualmente à Europa inteira.

Em nosso entender, este é um exemplo eloquente da maneira como as decisões comunitárias nesta matéria poderiam facilitar a aplicação da nova orientação; e também ilustra o impacto que uma nova estratégia linguística poderia ter na consolidação do ideal europeu na mente de cada um.

E – Sem dúvida, a escolha livre de uma *língua pessoal adoptiva* não poderá fazer-se sempre a título definitivo. Geralmente, essa escolha será feita em nome das crianças, pelos pais e pela escola, e não pelo próprio aluno; e, por vezes, esta escolha será posta em causa a certa altura da vida. Mas os benefícios daquilo que terá sido adquirido nos primeiros anos permanecerão e frequentemente terão preparado o terreno mental para a aprendizagem de outra língua. Aliás, não é necessário que a *língua pessoal adoptiva* seja sempre escolhida na infância. Pode sê-lo em todas as idades, incluindo a da

reforma, que hoje em dia oferece a dezenas de milhões de europeus a perspectiva de um longo período de tempo livre, que poderia ser ocupado de forma útil, através de uma familiarização apaixonada com outra língua, outro país, outro povo, outra cultura.

Se a orientação que preconizamos for adoptada, será evidentemente necessário preocuparmo-nos ao pormenor com a maneira de a pôr em prática durante os próximos anos. Esta acção será duplamente pedagógica, já que será necessário inculcar nos espíritos, pacientemente, a abordagem bilateral às relações linguísticas e a noção de *língua pessoal adoptiva*, e, seguidamente, lidar na prática com diversas implicações, nomeadamente no domínio do ensino.

Esta será, para a Europa, uma obra importante, mas estamos convictos de que é indispensável pormos mãos à obra sem demoras, e que as suas repercussões materiais e morais justificarão largamente os esforços necessários. Voltando especificamente às perguntas que foram feitas ao nosso grupo de reflexão, a nossa resposta é clara: uma gestão sábia e imaginativa da diversidade linguística pode efectivamente favorecer a integração europeia e promover o espírito de cidadania e o sentimento de pertença à União; pode igualmente contribuir significativamente para o diálogo entre culturas e para a sua coexistência harmoniosa, tanto em relação ao resto do mundo como no seio das nossas próprias sociedades; ela poderia até dar um novo impulso, um novo fôlego à construção europeia.

Agradecimentos

Os dez membros do Grupo gostariam de exprimir os seus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, por parte da Comissão Europeia, facilitaram os seus trabalhos e contribuíram para a sua reflexão, nomeadamente a Leonard Orban, Comissário para o Multilinguismo, a Odile Quintin, directora-geral para a Educação e a Cultura, a Patricia Bugnot, Catulina Soares Guerreiro, Alison Crabb, Vladimir Sucha, Pietro Petrucci, Harald Hartung, Diego Marani e Yves Le Lostecque, assim como a toda a equipa de intérpretes e tradutores.

Agradecimentos especiais a Teresa Condeço que assegurou com eficácia e graça a direcção administrativa do Grupo.